



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM)
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
ADMINISTRATIVOS (DEACO)
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL)
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
ADMINISTRATIVOS PERMANENTES (SEAPE)

Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP)

ATA DE REUNIÃO Nº 02/2024

Data: 11.03.2024

Horário: 15h

Local: Sala 01 da SGADM

Presentes na reunião, realizada de forma presencial (Sala de reuniões da SGADM), os seguintes participantes:

Des. **Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes**, Presidente da Comissão;
Des. **Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho**;
Des. **Vitor Marcelo Aranha Afonso Rodrigues**;
Juíza **Renata Guarino Martins**; Auxiliar da Presidência;
Sr. **Carlos Mauro Brasil Cherubini**, Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC);
Sr. **Bruno Coelho Silva**; Secretário-Geral de Logística;
Sr **Daniel de Lima Haab**; Secretário-Geral de Tecnologia da Informação;
Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP);
Sra. **Iara Silva Fraguas Sym**, representante do DEGEP/DIPEP;
Sra. **Jaqueline Brito**;
Sra. **Fabiana Brandão Nader Magliano Ribeiro**.

O Des. **Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes**, presidente da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP), agradece a presença de todos e inicia os trabalhos às 15h10. Justificadas as ausências dos juízes **Alberto Republicano de Macedo Júnior** e **Fernanda Xavier de Brito**. Em seguida, passa a palavra à Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP).

1- Cumprimento da Deliberação (RAE nº 01/2024 –15/01/2024)

Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP), inicia a apresentação das deliberações pronunciadas pelo Colegiado. Descreve aquelas que já foram cumpridas e destaca duas em andamento:

1) **Pesquisa de Clima Organizacional (Ata nº03/2019)**, explica que está finalizada, mas ainda não foi consolidada. Propõe que seja encaminhado um e-mail, em nome da Comissão, à SGPES solicitando o resultado da pesquisa. (Deliberação 1)

2) **Elaboração de minuta de ato específico, definindo prazo para que as serventias encaminhem o seu acervo residual para o DEGEA, com todos os autos físicos**

digitalizados (Ata 01/2024). Sobre essa deliberação, Sra. **Jacqueline Vianna**, Secretária-Geral de Administração, afirma que verificará junto ao DEGEA o número de processos remanescentes. Informa que encaminhará à COGEP os dados obtidos e tomará as iniciativas necessárias, se for o caso, para que as serventias encaminhem ao DEGEA todos os processos físicos que possuem em seu acervo, ainda não digitalizados. (Deliberação 2)

2- Planejamento Estratégico 2021-2026

2.1 - Direcionadores Estratégicos do PJERJ

➤ Nova Visão do TJRJ

A **Diretora do DEGEP** informa que a Visão “**Até 2026, tornar-se o tribunal mais produtivo entre os tribunais estaduais de grande porte**” foi aprovada pelo Presidente do TJRJ, Des. Ricardo Rodrigues Cardozo.

2.2 - Projetos Estratégicos

➤ Resultado Consolidado

Sra. Michele Vieira apresenta em gráficos os números referentes aos projetos estratégicos, até a data de fevereiro de 2024, informando que o Poder Judiciário apresenta 20 (vinte) projetos em andamento, dos quais 15 (quinze) estão em execução, 3 (três) concluídos, 1 (um) cancelado e 1(um) em fase de lançamento no GRP (Sistema *eProc*). Quanto aos prazos, acrescenta que 10 (dez) estão em dia, 4 (quatro) estão adiantados e 1 (um) está atrasado.

Segue afirmando que o percentual de cumprimento das ações, no período, é de 98,19% do planejado.

Em relação ao biênio, a **Diretora** explicita que 57,52% de todos os projetos já foram realizados. Informa que este valor é considerado muito bom.

➤ Projetos em atraso

Dando continuidade à apresentação, a **Diretora do DEGEP** ressalta que o único projeto em atraso é o da Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica, com um pequeno atraso de 7,72 % em relação ao planejado.

Sobre o tema, Sr. **Bruno Coelho**, Secretário-Geral da SGLOG, esclarece que esse projeto passará por um ajuste no cronograma. Relata que dos 9 (nove) processos, 7 (sete) já foram decididos e 2 (dois) estão rescindidos. Ressalta que, como a meta inicial era licitar, acredita que esse objetivo seja atingido e a execução do projeto ficará para o próximo ano.

➤ Projeto “Política de Revitalização do Museu da Justiça”

Sra. **Michele Vieira** comunica que, no dia 15 de fevereiro de 2024, houve uma reunião do Grupo de Trabalho (GT-Museu) e foi deliberado pela retirada das ações referentes ao

Museu da Justiça de Niterói do Planejamento Estratégico do ano de 2024, em razão do prazo exíguo para a realização das obras estruturais neste ano. Enfatiza a todos que o GT-Museu, por entender a importância do Museu para a memória do Poder Judiciário, decidiu pela inserção das referidas ações no planejamento estratégico de 2025.

A respeito do tema, Sra. **Jacqueline Vianna**, Secretária-Geral de Administração, explica que o prédio do Museu de Niterói é tombado, o que geraria dificuldades na realização de algumas ações dentro do prazo, conforme explicação da empresa de consultoria.

Após breve debate, a **COGEP** delibera pela alteração do Projeto Estratégico de Revitalização do Museu da Justiça de Niterói, solicitando que seja encaminhado um e-mail ao setor responsável do Museu para a atualização do plano de ação, conforme aprovado pelo Colegiado. (Deliberação 3).

Nesse momento, Sr. **Carlos Mauro Brasil**, Secretário-Geral de Governança, Gestão e Compliance, menciona que está sendo realizado um mapeamento de risco dos contratos prontos. Em alguns casos, será apontado à SGCOL os contratos que devem ser observados mais de perto, por estarem em uma matriz de risco muito alta.

2.3 - Indicadores estratégicos

Sobre os indicadores estratégicos, a Sra. **Michele Vieira** explica que seu objetivo é medir se os projetos estão contribuindo para melhorar os resultados em nível macro. Acrescenta, ainda, que esses indicadores só podem ser medidos uma vez ao ano. Segue apresentando os números dos projetos estratégicos.

Em seguida, a **Diretora** menciona sobre a necessidade de expurgar alguns indicadores por não terem metas estabelecidas e resultados definidos.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Foram expurgados do resultado do “Índice de Alcance das Metas Estratégicas” os seguintes indicadores:

- Por não terem metas e resultados definidos:
 - Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (pendência de resposta do GABPRES/DECOE)
 - Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais
 - Índice de Desempenho de Sustentabilidade (sem o resultado de 2023)
 - Produtividade do magistrado na competência criminal
 - Pesquisa de Clima Organizacional (aguardando resposta da SGPES)
- Por não terem metas definidas, apesar de possuírem resultado:
 - Tempo médio de tramitação dos processos administrativos disciplinares
 - Índice de realização de audiências nos CEJUSCs

Em continuidade, Sra. **Michele Vieira** relata que o CNJ rotineiramente encaminha pesquisa de verificação da situação do Planejamento Estratégico dos Tribunais, questionando a medição dos indicadores.

Sobre o tema, a **Diretora do DEGEP** propõe que sejam encaminhados e-mails para as unidades responsáveis pela medição, solicitando que estabeleçam metas e mensurem os indicadores ainda não trabalhados. (Deliberação 4)

Sr. **Carlos Mauro Brasil** informa que foram reduzidas as unidades com certificação ISO e que será criado um selo de qualidade interno. Esclarece, ainda, que essas mudanças, ajudarão no acompanhamento do trabalho de medição, favorecendo para uma melhor gestão dos resultados.

A respeito dos indicadores não medidos ou não definidos, o Des. **Sérgio Ricardo** indaga sobre a possibilidade de ser efetuada triagem para verificação de quais índices podem ser mantidos ou expurgados. Em resposta, Sra. **Michele Vieira** comunica que esse trabalho já foi realizado no ano passado, a partir da publicação do Ato Executivo 93 que estabelece a revisão do plano.

3 - Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

➤ **Prêmio CNJ de Qualidade 2024**



Prêmio CNJ de Qualidade

- Portaria CNJ nº 353/2023 (Institui o Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2024)
 - Envio de e-mail às unidades para ciência e providências
 - Estimativa preliminar: 68,3%
- Portaria CNJ nº 25/2024 (Institui o regulamento do Ranking da Transparência)
 - de 95,0% a 99,9% (80 pontos)
 - 100,0% (100 pontos)

Dando continuidade à pauta, Sra. **Michele Vieira** afirma que, em 2023, o TJRJ atingiu o valor de 59% de cumprimento dos requisitos do Prêmio de Qualidade CNJ e faz uma estimativa preliminar de que esse ano o tribunal alcance o valor de 68,3%. Cita, como exemplo, a tendência de melhoria no eixo produtividade que, no ano passado, cumpriu 18% e esse ano a estimativa está em 53% no requisito.

Sr. **Daniel Haab**, Secretário-Geral de Tecnologia da Informação, comenta que

recentemente foi discutido, no encontro do G7, sobre a possibilidade da divisão do recolhimento estatístico dos tribunais de grande porte ser feita de forma diferenciada dos tribunais de pequeno porte.

Sobre o tema, Sr. **Carlos Mauro Brasil**, Secretário-Geral de Governança, Gestão e Compliance acrescenta que esta questão foi encaminhada ao conhecimento do CNJ e que está sendo analisada pela instituição.

Sra. **Michele Vieira** discorre sobre a Portaria CNJ nº25/2024 que institui o Ranking da Transparência. Explica que é um dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade com maior pontuação, e que se tornou um prêmio autônomo. Especifica que, para iniciar a pontuação parcial, será necessário o cumprimento de 95% desse ranking, que possui 84 requisitos.

Logo após, Sr. **Carlos Mauro Brasil** informa que foi autuado processo SEI para cada uma das áreas responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento dos requisitos.

Após as considerações finais, o **Presidente da Comissão** agenda nova reunião para o dia 13/05/2024, às 15h. (Deliberação 05)

Nada mais a tratar, o **Des. Sergio Ricardo de Arruda Fernandes** agradece a presença de todos e dá a reunião por encerrada às 15h50.

Desembargador SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES

Presidente da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (**COGEP**)

Deliberação		Responsável	Prazo
01	Encaminhar um e-mail, em nome da Comissão, à SGPES solicitando o resultado da Pesquisa do Clima Organizacional.	DEGEP	Após aprovação da ata, imediato.
02	Encaminhar à COGEP os dados obtidos bem como tomar as iniciativas necessárias, se for o caso, para que as serventias encaminhem ao DEGEA todos os processos físicos que possuem em seu acervo, ainda não digitalizados.	Secretária-Geral de Administração	Após aprovação da ata, imediato
03	Encaminhar um e-mail ao setor responsável do Museu para a atualização do plano de ação, conforme aprovado pelo Colegiado.	SEAPE	Após aprovação da ata, imediato
04	Enviar e-mails para as unidades responsáveis pela medição, solicitando que estabeleçam metas e mensurem os indicadores ainda não trabalhados	DEGEP	Após aprovação da ata, imediato.

05	Enviar convite para a Reunião designada para 13/05/2024, às 15h.	SEAPE	Imediato
----	--	-------	----------

Deliberações Encerradas		Ata de Origem	Razão
01	Encaminhar à Administração Superior para análise a sugestão do Colegiado para a nova VISÃO estratégica do PJERJ “Até 2026, tornar-se o tribunal mais produtivo entre os tribunais estaduais de grande porte.	Del. 01 da Ata 01/2024	Cumprida
02	Alterar o cronograma do projeto estratégico “Digitalização de Processos Físicos”, prevendo sua conclusão para o fim do primeiro semestre de 2024.	Del. 02 da Ata 01/2024	Cumprida
03	Encaminhar e-mail às unidades, em nome da Comissão, solicitando que sejam feitos os ajustes necessários nos projetos com atrasos acima de 30%	Del. 04 da Ata 01/2024	Cumprida